



ANEXO da Portaria nº 110, de 24 de novembro de 2011
Alterada pela Portaria nº 23, de 13 de março de 2014

SUPORTE DOCUMENTAL DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

MINISTÉRIO DA CULTURA: Fundo Nacional de Cultura

CNPJ: 032.21904/0001-35

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios Bloco "B", CEP 70.068-900, Brasília/DF

Órgão Executor: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

CNPJ: 26.474.056/0001-71

Endereço: SEP/SUL – EQ 713/913 – Lote D – 5º andar

CEP: 70390-135 Brasília - DF

IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES

Pelo Ministério da Cultura: José Paulo Soares Martins, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, RG nº 1.021.215.031 SJS/RS, CPF: 197.910.460-34, Ato de

Nomeação: Portaria nº 1.317 de 04 de julho de 2016, D.O.U., seção 2, pág. 2.

Pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Katia Santos Boguea, Presidente, RG: 893789 SSP/MA, CPF: 21542295300, Decreto de 07/06/2016, D.O.U, seção 2, pág. 01, em 08/06/2016.

LEGISLAÇÃO

O presente Termo e as ações necessárias à sua execução se sujeitam à legislação em vigor e, em especial, ao disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 6.170, de 25 de junho de 2007, na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011, e na Portaria Conjunta MP/MF/CGU nº 8, de 7 de novembro de 2012. Parecer nº 550/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU.

OBJETO

Descentralização Orçamentária para o IPHAN, para que esta vinculada celebre um novo instrumento com o beneficiário indicado na Emenda visando ao alcance dos objetivos pretendidos pelo arlamentar.

JUSTIFICATIVA

Projeto beneficiário da Emenda Parlamentar nº 3053 0004 (0453357), de autoria do Deputado Federal Betinho Gomes que, considerando o objetivo da Emenda e o escopo de atuação do IPHAN, salvo melhor juízo, justifica-se o presente TED.

Para tanto, o IPHAN inclusive já encaminhou informações em relação a Proposta SICONV nº. 028814/2017 (0421800), cuja a análise está em andamento.

Importante frisar que, o objeto deste TED é apenas a descentralização de recursos para o IPHAN para que esta vinculada celebre um novo instrumento com o beneficiário indicado na Emenda visando ao alcance dos objetivos pretendidos pelo Parlamentar.

OPERACIONALIZAÇÃO

O presente Termo de Execução Descentralizada será operacionalizado pelo MinC mediante a transferência voluntária dos recursos para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos créditos descentralizado deverá integrar as contas anuais dos órgãos ou entidades beneficiários dos recursos, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, na forma do que determina a legislação em vigor.

A título informativo, os órgãos ou entidades beneficiários dos recursos, encaminharão ao órgão Repassador, no prazo de 60 (sessenta) dias após o fim da vigência do Termo, relatório físico-financeiro informando os resultados alcançados acerca das metas físicas previstas no Plano de Trabalho pactuado e da execução orçamentária e financeira resumida dos recursos na forma da descentralização.

DOS RECURSOS/DETALHAMENTO

O MINISTÉRIO DA CULTURA realizará a descentralização de créditos com repasse de recursos financeiros para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a execução do objeto deste Termo, no montante de R\$ 451.538,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais), à conta da Dotação Consignada da Secretaria Executiva/Ministério da Cultura, como segue:

Órgão Cedente: Ministério da Cultura

Unidade Gestora: 340034

Gestão: 00001

Órgão Executor: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Unidade Gestora: 403101

Gestão: 40401

Finalidade: Decreto nº 6.170/2007, art. 12-A, inciso () I, (X) II, () III, () IV.

Ação: 20ZH.7044 - Preservação de Bens e Acervos Culturais

PTRES: 134873

Fonte: 0188

Plano Interno: 7FHFL24D001

Valor: R\$ 451.538,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais).

NATUREZA DA DESPESA	VALOR R\$
444041	451.538,00
Total	451.538,00

DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Descentralização orçamentária, visando a celebração de instrumento com o beneficiário indicado na Emenda para o alcance dos objetivos pretendidos pelo Parlamentar.
Data: até **31/12/2017**

DA VIGÊNCIA

O período de vigência do presente Termo é de 60 dias contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério das partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Constituem Obrigações do **Descentralizador**:

- a) Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo, na forma e prazos estabelecidos no Detalhamento dos Recursos e Cronograma de Execução;
- b) Efetuar a liberação do recurso financeiro, após a comprovação, pelo descentralizado, do empenhamento da despesa;
- c) Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo;
- d) Prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- e) Publicação deste Termo em sítio eletrônico da Internet, visando atender ao princípio da publicidade;

II - Constituem Obrigações do **Descentralizado**:

- a) Promover a execução do objeto deste Termo na forma e prazos estabelecidos;
- b) Solicitar a liberação do recurso financeiro, mediante comprovação de empenhamento da despesa;

- c) Aplicar os recursos discriminados, exclusivamente, na consecução do objeto deste Termo de Execução Descentralizada, respeitando a forma e prazos estabelecidos;
- d) Manter o Órgão Descentralizador informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo;
- e) Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo;
- f) Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos as peças constantes do campo "Prestação de Contas";

DAS CONTROVÉRSIAS E DO FORO

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias à interpretação e/ou cumprimento do presente Termo, os partícipes concordam em solucioná-las administrativamente e submeter os eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, na forma do inciso XI, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 73/1993.

ASSINATURA E PUBLICAÇÃO

O presente Termo, assinado eletronicamente, deverá ser encaminhado para as devidas publicações em conformidade com as orientações constantes da Mensagem 2012/1881011, emitida pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda.

(assinado eletronicamente)

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Secretário -SEFIC/MinC

(assinado eletronicamente)

KÁTIA BOGEA

Presidente

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Documento assinado eletronicamente por **José Paulo Soares Martins, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura**, em 14/12/2017, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Kátia Santos Bogéa, Usuário Externo**, em 14/12/2017, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0457640** e o código CRC **D8BF7F12**.